

INSTITUTO DE MEDICINA INTEGRAL

PROF. FERNANDO FIGUEIRA - IMIP

LÍVIA GABRIELLY PEREIRA BARBOSA

CONHECIMENTO DA EQUIPE INTERPROFISSIONAL SOBRE A NBCAL EM UMA MATERNIDADE DO RECIFE

Recife

2026

LÍVIA GABRIELLY PEREIRA BARBOSA

CONHECIMENTO DA EQUIPE INTERPROFISSIONAL SOBRE A NBCAL EM UMA MATERNIDADE DO RECIFE

Trabalho de Conclusão de Curso de Enfermagem apresentado à Faculdade Pernambucana de Saúde - FPS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Linha de Pesquisa: Saúde Materno-Infantil

Estudante candidato: Lívia Gabrielly Pereira Barbosa

Estudante colaborador: Vanessa Souza da Silva Prado de Lima

Orientador: Sandra Hipólito Cavalcante

Coorientadores: Claudia Roberta Selfes de Mendonça

Recife

2026

PARTICIPANTES DA PESQUISA

Lívia Gabrielly Pereira Barbosa – Acadêmica do 8° período do curso de Enfermagem da Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS).
ORCID: https://orcid.org/0009-0006-6362-2183

Vanessa Souza da Silva Prado de Lima – Acadêmica do 8° período do curso de Enfermagem da Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS).
ORCID: https://orcid.org/0009-0000-0208-9289

Sandra Hipólito Cavalcanti - Docente/Pesquisadora do Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira (IMIP)
Enfermeira Mestre em Saúde Materno-Infantil
Tutora do Curso de Enfermagem da Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS)
Líder de Enfermagem do Centro de Incentivo ao Aleitamento Materno CIAMA, BLH/IMIP
ORCID: 0000-0002-7137-1795

Claudia Roberta Selfes de Mendonça - Docente/Pesquisadora do Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira (IMIP)
Enfermeira Mestre em Saúde Materno-Infantil
Tutora do Curso de Enfermagem da Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS)
Enfermeira Assistencial da Unidade de Terapia Intensiva neonatal do IMIP
ORCID: 0000-0002-7137-1795

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus pela oportunidade de nos permitir chegar até aqui e realizar o sonho de concluir nossa graduação em Enfermagem.

Agradecemos às nossas famílias pelo amor, apoio e incentivo durante essa trajetória.

Aos meus filhos, minha maior inspiração e razão de toda a minha dedicação, que estiveram ao meu lado e me fortaleceram durante essa caminhada. Agradeço ainda à minha chefia de trabalho, pela compreensão e pelo apoio que tornaram possível conciliar trabalho e estudos *(Vanessa Souza).*

Agradecemos às nossas amigas do GDE, que tornaram essa caminhada acadêmica mais leve e especial. Somos gratas por todos os momentos compartilhados, pelas risadas, pelo apoio, pela ajuda e, principalmente, pelo companheirismo. Ter vivido essa etapa ao lado de vocês tornou tudo ainda mais especial.

Agradecemos a todos os amigos que torceram por nós e estiveram presentes durante esse percurso.

Agradecemos pela nossa amizade, que se iniciou em 2022 e se tornou parte fundamental dessa caminhada. Hoje, de mãos dadas, realizamos esse sonho juntas.

Agradecemos a cada professor e às nossas orientadoras que contribuíram para a nossa formação.

Agradecemos a nós mesmas por não termos desistido, por enfrentarmos cada dificuldade e por seguirmos firmes até aqui.

RESUMO

Introdução: A amamentação vai muito além da função de nutrir a criança. É um processo fundamental para o estabelecimento do vínculo afetivo entre mãe e filho. Esse vínculo exerce repercussões significativas no estado nutricional da criança, no fortalecimento do sistema imunológico, na fisiologia, assim como no desenvolvimento cognitivo, emocional e na saúde ao longo da vida. Ressalta-se que nenhum outro alimento ou leite industrializado modificado é capaz de oferecer ao bebê todos os componentes presentes no leite materno, reforçando sua superioridade nutricional e imunológica. Em um cenário no qual a saúde materno-infantil era comprometida pela ausência de práticas adequadas de amamentação, destaca-se a criação da Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL), pela Lei nº 11.265/16, que visa proibir práticas comerciais inadequadas e garantir que as orientações fornecidas às mães sejam baseadas em evidências científicas, livres de influência mercadológica. Os profissionais de saúde devem possuir não apenas conhecimentos técnicos sobre a fisiologia da lactação, o manejo clínico e a prevenção de intercorrências, mas também habilidades em aconselhamento clínico, comunicação e escuta qualificada. **Métodos:** Trata-se de um estudo com abordagem quantitativa, de corte transversal e descritivo, realizado no período de maio de 2026 a julho de 2026, feito através de um questionário estruturado composto por questões objetivas de certo ou errado, elaborado com a finalidade de avaliar o nível de conhecimento da equipe interprofissional da Maternidade do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP) acerca da NBCAL, A população do estudo foi constituída por profissionais de saúde atuantes na maternidade de um hospital de referência materno-infantil localizado no Recife, no período diurno. **Aspectos éticos:** A pesquisa iniciou após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do IMIP e seguiu as normas éticas da Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa foi aprovada pelo CEP sob o CAAE n°97402026.3.0000.5201. **Resultados:** Os resultados encontrados foram categorizados de acordo com características sociodemográficas, categoria profissional, tempo de atuação na maternidade e a participação em capacitações/formações relacionadas à NBCAL. Foram entrevistados cirurgiões-dentistas (1.6%), enfermeiros (31.1%), técnicos de enfermagem (44.3%), nutricionistas (14.8%), farmacêuticos (1.6%), médicos (4.9%) e fisioterapeutas (1.6%). Quanto ao tempo de atuação na maternidade, a maior proporção dos profissionais (39,3%) trabalhavam no serviço há mais de 10 anos. Em relação à participação em formação ou capacitação sobre a NBCAL, 55.7% dos profissionais relataram já ter participado dessas atividades. **Discussão:** O presente estudo evidenciou que os participantes que apresentaram um alto nível de conhecimento esteve associada à participação em formação ou capacitação sobre a Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL), observada em 70,6% dos profissionais que haviam participado dessas atividades (p = 0,009). Para corroborar essa perspectiva, um estudo realizado com 215 profissionais no Rio de Janeiro, em 15 hospitais que realizavam mais de

1000 partos por ano, evidenciou que a capacitação contribui para o aprimoramento de conhecimentos, habilidades e práticas em aleitamento materno, fundamentais à assistência materno-infantil. **Conclusão:** Conclui-se que fortalecer o conhecimento da equipe sobre a NBCAL e promover ações contínuas de educação permanente são estratégias relevantes para qualificar a assistência materno-infantil e contribuir para a proteção do aleitamento materno.

Palavras-chave (DeCS): Aleitamento Materno, Conhecimento, Equipe Multiprofissional, Vigilância de Produtos Comercializados, Chupetas.

ABSTRACT

Introduction: Breastfeeding goes far beyond simply nourishing the child. It is a fundamental process for establishing an emotional bond between mother and child. This bond has significant implications for the child's nutritional status, the strengthening of the immune system, physiology, as well as cognitive and emotional development and lifelong health. It is important to note that no other food or modified infant formula is capable of providing a baby with all the components found in breast milk, underscoring its nutritional and immunological superiority. In a context where maternal and child health was compromised by the lack of proper breastfeeding practices, the creation of the Brazilian Standard for the Marketing of Foods for Infants and Young Children, Nipples, Pacifiers, and Baby Bottles (NBCAL), established by Law No. 11,265/16, which aims to prohibit inappropriate commercial practices and ensure that the guidance provided to mothers is based on scientific evidence, free from market influence. Healthcare professionals must possess not only technical knowledge regarding the physiology of lactation, clinical management, and the prevention of complications, but also skills in clinical counseling, communication, and active listening. **Methods:** This is a quantitative, cross-sectional, and descriptive study conducted from May 2026 to July 2026 using a structured questionnaire consisting of true/false multiple-choice questions, designed to assess the level of knowledge among the interprofessional team at the Maternity Ward of the Professor Fernando Figueira Institute of Integral Medicine (IMIP) regarding the NBCAL. The study population consisted of healthcare professionals working during daytime hours in the maternity ward of a maternal-child referral hospital located in Recife. **Ethical aspects:** The study began after receiving approval from the Research Ethics Committee of the IMIP and adhered to the ethical guidelines set forth in Resolution 510/16 of the National Health Council. The research was approved by the Ethics Committee under CAAE no. 97402026.3.0000.5201. **Results:** The results found were categorized according to sociodemographic characteristics, professional category, time working at the maternity hospital, and participation in training or courses related to NBCAL. The participants included dentists (1.6%), nurses (31.1%), nursing technicians (44.3%), nutritionists (14.8%), pharmacists (1.6%), doctors (4.9%), and physiotherapists (1.6%). In terms of time working at the maternity hospital, the largest proportion of professionals (39.3%) had been working there

for over 10 years. Regarding participation in NBCAL-related training or courses, 55.7% of the professionals reported having taken part in such activities. **Discussion:** This study showed that participants who had a high level of knowledge were associated with having participated in training or courses on the Brazilian Standard for the Marketing of Food for Infants and Young Children, Teats, Pacifiers, and Bottles (NBCAL), observed in 70.6% of the professionals who had taken part in these activities ($p = 0.009$). Supporting this view, a study carried out with 215 professionals in Rio de Janeiro, across 15 hospitals with more than 1,000 births per year, showed that training helps improve knowledge, skills, and practices in breastfeeding, which are essential for maternal and child care. **Conclusion:** It is concluded that strengthening the team's knowledge about NBCAL and promoting ongoing continuing education actions are relevant strategies to improve maternal and child care and contribute to the protection of breastfeeding.

Keywords: Breast Feeding, Knowledge, Multidisciplinary Team, Product Surveillance, Pacifiers.

‘

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **10**

2 MÉTODOS **14**

3 RESULTADOS **16**

4 DISCUSSÃO **22**

5 CONCLUSÃO **25**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **26**

1 INTRODUÇÃO

A amamentação vai muito além da função de nutrir a criança. É um processo fundamental para o estabelecimento do vínculo afetivo entre mãe e filho. Esse vínculo exerce repercussões significativas no estado nutricional da criança, no fortalecimento do sistema imunológico, na fisiologia, assim como no desenvolvimento cognitivo, emocional e na saúde ao longo da vida. Ressalta-se que nenhum outro alimento ou leite industrializado modificado é capaz de oferecer ao bebê todos os componentes presentes no leite materno, reforçando sua superioridade nutricional e imunológica[1].

Para a mulher, o ato de amamentar também traz benefícios importantes, como a prevenção de hemorragias e anemia no período pós-parto, a redução do risco de desenvolvimento de câncer de útero, ovários e mamas, além de contribuir para a diminuição das chances de osteoporose, artrite reumatoide e depressão pós-parto. Ademais, o aleitamento materno apresenta impactos positivos nos âmbitos ambiental e econômico, uma vez que reduz o uso de resíduos (latas, plásticos ou rótulos), o consumo de energia e os gastos industriais relacionados à produção de leites artificiais e embalagens[1,2]. E o mais importante, reduz a morbimortalidade materna e de crianças menores de 5 anos[3].

O período compreendido entre o nascimento e os dois anos de idade é considerado crítico para a promoção do crescimento, da saúde e do desenvolvimento infantil de forma adequada. Diante disso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde do Brasil, recomenda o aleitamento materno por dois anos ou mais, sendo exclusivo nos primeiros seis meses de vida. A introdução precoce de alimentos antes desse período pode acarretar prejuízos à saúde da criança, como quadros elevados de diarreia, aumento das hospitalizações por doenças respiratórias, risco de desnutrição e redução da duração do aleitamento materno[1,2].

Entretanto, a vida da população passou a ter uma nova dinâmica com os processos de urbanização e industrialização, os quais promoveram inúmeras mudanças nas rotinas e nos hábitos alimentares, exercendo influência direta sobre as mulheres e seus filhos. Nesse contexto histórico, observa-se o crescimento das fórmulas de leite, no século XX, introduzido pela indústria moderna e difundido pela suposta facilidade e praticidade de seu uso. A esse cenário somaram-se fatores socioculturais, como a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, aliada à escassez de informações

adequadas acerca dos benefícios do aleitamento materno, acesso fácil às fórmulas infantis e à propagação de mitos relacionados à amamentação[4].

Esses elementos contribuíram para a redução do incentivo à prática de amamentar, resultando em impactos negativos, especialmente no aumento da mortalidade infantil[5]. Em um cenário no qual a saúde materno-infantil era comprometida pela ausência de práticas adequadas de amamentação, destaca-se a criação da Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL), pela Lei nº 11.265, que visa proibir práticas comerciais inadequadas e garantir que as orientações fornecidas às mães sejam baseadas em evidências científicas, livres de influência mercadológica[5].

Nesse contexto, destaca-se o médico pediatra e professor Fernando Figueira (1919–2003), que teve um papel pioneiro e fundamental na construção das medidas de proteção ao aleitamento materno que posteriormente contribuíram para a criação da NBCAL. Sua atuação na década de 1970 constituiu um importante modelo de proteção legal da amamentação no Brasil, influenciando as diretrizes que posteriormente seriam adotadas em âmbito nacional e internacional. Durante sua atuação como Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco, o Dr. Fernando Figueira publicou a Portaria nº 99, em 1974, que proibia terminantemente as propagandas e a doação de leite em pó e fórmulas infantis realizadas por fabricantes e distribuidores diretamente às mães dentro das maternidades e hospitais públicos do estado de Pernambuco.

Essa foi uma das primeiras medidas legislativas concretas no Brasil voltadas ao enfrentamento do marketing de substitutos do leite materno, representando um importante marco na proteção legal do aleitamento materno e antecedendo a consolidação de medidas nacionais destinadas à regulamentação de sua comercialização. Além disso, Figueira foi uma das vozes pioneiras no enfrentamento à indústria de fórmulas infantis, denunciando publicamente a relação entre grandes corporações produtoras de fórmulas e a comunidade médica[6,7].

Segundo os resultados preliminares do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI), divulgados em 2019, observou-se uma melhora significativa nos indicadores de aleitamento materno no Brasil. Entre crianças menores de seis meses, a prevalência de aleitamento materno exclusivo alcançou 45,7%, representando um aumento de 42,8 pontos percentuais ao longo de 33 anos (de 1986 a 2019). Contudo,

esse percentual ainda é considerado insatisfatório. Em relação ao aleitamento materno continuado no primeiro ano de vida, verificou-se um crescimento mais modesto, passando de 22,7% em 1986 para 53,1% em 2019, o que corresponde a um crescimento de 30,4 pontos percentuais no período[8].

Diante desse cenário, as ações de proteção e promoção do aleitamento materno, como o monitoramento da NBCAL e as práticas de educação em saúde, demandam o empenho dos profissionais envolvidos e dependem de diversos fatores para o alcance de resultados efetivos. Nesse contexto, a equipe interprofissional de saúde desempenha papel fundamental no processo de orientação e promoção do aleitamento materno exclusivo. Essa atuação deve ocorrer de forma contínua, desde o período pré-natal até o pós-natal, por meio da adoção de metodologias educativas adequadas às necessidades das mulheres e famílias. A formação e a capacitação desses profissionais acerca do aleitamento materno exclusivo (AME) e NBCAL são essenciais para que as informações sejam transmitidas às mães de maneira segura, consistente e fundamentada em evidências científicas[9,10].

Como estratégia voltada à qualificação da assistência nas maternidades, destaca-se a Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC), selo de qualidade conferido pelo Ministério da Saúde aos hospitais que cumprem os 10 passos para o sucesso do aleitamento materno, instituídos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS), com o objetivo de promover, proteger e apoiar o aleitamento materno nos serviços de saúde. Entre suas diretrizes, encontra-se a necessidade de capacitar os profissionais envolvidos na assistência às gestantes, puérperas e recém-nascidos, de modo que estejam preparados para oferecer orientações e apoio à amamentação de forma adequada e baseada em evidências[11].

Os profissionais de saúde devem possuir não apenas conhecimentos técnicos sobre a fisiologia da lactação, o manejo clínico e a prevenção de intercorrências, mas também habilidades em aconselhamento clínico, comunicação e escuta qualificada. A orientação sobre o aleitamento materno deve abranger todos os momentos da assistência, contemplando o pré-natal, o parto e o puerpério, e considerando as dúvidas, os medos, os mitos e as crenças maternas. Nesse processo, a desconstrução de práticas prejudiciais, aliada ao apoio à tomada de decisões conscientes e informadas, assim como a realização de capacitações contínuas, constitui elemento essencial para o

sucesso e a manutenção da amamentação[3]. Ademais, as orientações de como manter a amamentação que permeiam as mulheres que precisarão retornar ao trabalho e estudo[12].

Diante do exposto, este estudo visa avaliar o conhecimento da equipe interprofissional sobre a NBCAL em uma maternidade da cidade do Recife, considerando sua aplicação na prática assistencial e sua contribuição para a promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno.

2 MÉTODOS

Trata-se de um estudo com abordagem quantitativa, de corte transversal e descritivo, realizado no período de maio de 2026 a julho de 2026, feito através de um questionário estruturado composto por 16 questões objetivas de certo ou errado, elaborado com a finalidade de avaliar o nível de conhecimento da equipe interprofissional da Maternidade do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP) acerca da Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, bicos, chupeta e mamadeira (NBCAL).

A população do estudo foi constituída por profissionais de saúde atuantes na maternidade de um hospital de referência materno-infantil localizado no Recife, no período diurno. Foram excluídos os profissionais do plantão noturno, profissionais que estiverem em licença médica, maternidade, afastamento legal ou qualquer outro tipo de ausência no momento da coleta de dados, assim como aqueles cuja atuação esteja restrita a funções administrativas ou de gestão.

A amostra foi selecionada por conveniência, considerando a disponibilidade dos participantes durante o período de coleta. Ao final, foram incluídos 61 profissionais que atenderam aos critérios de elegibilidade e aceitaram participar voluntariamente da pesquisa. Antes do início da aplicação do questionário foi apresentado o projeto e os objetivos propostos por ele, além do consentimento para a pesquisa, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Para a coleta de dados foi aplicado um questionário estruturado, o qual abordou variáveis sociodemográficas como idade, sexo, categoria profissional, tempo de atuação na maternidade e participação prévia em capacitação ou formação sobre a NBCAL, categorizada como sim ou não, com indicação opcional do período da capacitação. As respostas obtidas por meio do questionário permitiram classificar o conhecimento dos participantes acerca da NBCAL em três níveis: baixo, médio e alto.

Para a análise, as respostas foram codificadas de forma dicotômica, atribuindo-se o valor 1 às respostas corretas e 0 às respostas incorretas. A partir dessa codificação, foi calculado o escore total de cada participante, correspondente à soma das respostas corretas, com pontuação máxima de 16 pontos. Quanto à classificação do nível de conhecimento, foram considerados: baixo conhecimento, para escores de 0 a 5 pontos;

médio conhecimento, para escores de 6 a 12 pontos; e alto conhecimento, para escores de 13 a 16 pontos.

Os dados coletados foram organizados e tabulados no programa Microsoft Excel Standard 2019, versão 2608 (build 20326.20100), sendo posteriormente encaminhados para a análise estatística.

O estudo foi aprovado pelo CEP sob o CAAE n° 97402026.3.0000.5201 e segue a Resolução CNS 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece os critérios para pesquisa com seres humanos que devem atender a fundamentos éticos e científicos, dentre os quais, está a garantia do sigilo ao participante e a garantia da autonomia deste.

3 RESULTADOS

Os resultados encontrados foram categorizados de acordo com características sociodemográficas, categoria profissional, tempo de atuação na maternidade e a participação em capacitações/formações relacionadas à NBCAL. De acordo com a disponibilidade dos participantes, considerando os critérios de inclusão e exclusão, a tabela 1 apresenta 61 profissionais, com idade média de 38,1 anos (DP = 12,37), mediana de 35 anos, variando entre 23 e 66 anos. A pontuação obtida no instrumento de coleta variou entre 6 a 16 pontos, com média de 12,3 pontos (DP = 2,26) e mediana de 13 pontos.

Na tabela 2, verificou-se que em relação à categoria profissional, houve predominância de técnicos de enfermagem (44.3%), seguidos por enfermeiros (31.1%) e nutricionistas (14.8%). Quanto ao tempo de atuação na maternidade, a maior proporção de profissionais possuía mais de 10 anos de atuação (39.3%), seguido por aqueles com 1 a 5 anos (26.2%).

No que se refere à participação em capacitações ou formações sobre a NBCAL, 55.7% dos profissionais afirmaram já ter participado, enquanto 44.3% relataram não ter conhecimento sobre a temática. Entre os participantes que haviam realizado a formação, 46,9% não sabiam o ano em que ela ocorreu, enquanto 25,0% realizaram a capacitação em 2026.

Quanto ao nível de conhecimento sobre a NBCAL, 55,7% dos profissionais apresentaram alto nível de conhecimento e 44,3% apresentaram nível médio. Não houve participantes com baixo nível de conhecimento.

Tabela 1 e 2. Caracterização dos profissionais e distribuição das principais variáveis analisadas no estudo, Maternidade do IMIP, 2026.

Variável	Média (DP)	Mediana (P25-P75)	Mínimo	Máximo
IDADE	38.1 (12.37)	35.0 (28.0-44.0)	23	66
PONTUAÇÃO	12.3 (2.26)	13.0 (11.0-14.0)	6	16

Tabela 1. Fonte: Dados coletados com os profissionais na Maternidade.

Variável	Categoria	Frequência relativa	% do Total
PROFISSÃO	CIRURGIÃO-DENTISTA	1	1.6%
	ENFERMEIRO(A)	19	31.1%
	FARMACÊUTICO	1	1.6%
	FISIOTERAPEUTA	1	1.6%
	MÉDICO(A)	3	4.9%
	NUTRICIONISTA	9	14.8%
	TÉC. ENFERMAGEM	27	44.3%
SEXO	F	58	95.1%
	M	3	4.9%
TEMPO DE ATUAÇÃO NA MATERNIDADE	<1 ano	12	19.7%
	1-5 anos	16	26.2%
	6-10 anos	9	14.8%
	>10	24	39.3%
JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA FORMAÇÃO/ CAPACITAÇÃO SOBRE A NBCAL	Sim	34	55.7%
	Não	27	44.3%
Quando fez formação	2019	1	3.1%
	2020	1	3.1%
	2021	1	3.1%
	2022	2	6.3%
	2025	4	12.5%
	2026	8	25.0%
	Não sabe quando	15	46.9%
NÍVEL DE CONHECIMENTO	Alto conhecimento	34	55.7%
	Médio conhecimento	27	44.3%

Tabela 2. Fonte: Dados coletados com os profissionais na Maternidade.

Para avaliar a relação entre as características sociodemográficas e profissionais dos participantes e suas pontuações no questionário sobre a NBCAL, foram calculadas

medidas descritivas (média, desvio-padrão, mediana e quartis) da variável quantitativa para cada categoria da variável qualitativa. Além disso, foram aplicados testes estatísticos conforme a adequação aos pressupostos: teste t de Student (para comparação entre dois grupos, quando os pressupostos de normalidade e homogeneidade de variâncias foram atendidos) ou seu correspondente não paramétrico, o teste de Mann-Whitney. Para comparações entre três ou mais grupos, utilizou-se o teste F (ANOVA) ou, quando os pressupostos não foram confirmados, o teste de Kruskal-Wallis. Considera-se p-valor < 0,05 como indicativo de associação estatisticamente significativa.

Na tabela 3, observou-se que no conhecimento segundo a profissão houve diferença estatisticamente significativa na pontuação, corroborada pelo p-valor < 0,001, com enfermeiros apresentando maiores médias, 13.9 (1.41), seguidos por profissionais de outras categorias com 12.5 (1.05), farmacêutico 12.1 (2.03) e nutricionistas 11.3 (2.43).

Na avaliação quanto ao sexo, não foi encontrada diferença estatisticamente significativa entre os grupos (p = 0,987), com média 12.4 (2.13) para o sexo feminino e 11.3 (4.62) para o masculino. O mesmo ocorre com as variáveis relacionadas ao tempo de atuação na maternidade, as médias foram de 12.1 (2.47) para os participantes com <1 ano de atuação, 12.9 (1.86) entre os profissionais com 1-5 anos, 11.9 (3.30) aqueles com 6-10 anos de vínculo e 12.3 (2.01) os que possuem mais de 10 anos de atuação, sem diferença estatisticamente significativa entre os grupos (p = 0,842).

Em contrapartida, observou-se que houve diferença estatisticamente significativa quanto à participação em formação ou capacitação sobre a NBCAL com uma média de 13.0 (1.87) os profissionais que já haviam participado de capacitação e média 11.4 (2.42) aqueles que não participaram, com p-valor de 0,008.

Tabela 3. Associação entre as variáveis, características dos profissionais e pontuação.

Variável	Categoria	PONTUAÇÃO	p-valor
		Média(dp)Mediana(P25-P75)	
Profissão_mod	OUTROS	12.5 (1.05)12.5 (12.0-13.0)	< **0.001**†
	ENFERMEIRO(A)	13.9 (1.41)14.0 (13.0-15.0)	
	FARMACÊUTICO	12.1 (2.03)12.0 (11.0-14.0)	

Variável	Categoria	PONTUAÇÃO	p-valor
	NUTRICIONISTA	11.3 (2.43)12.0 (10.0-13.0)	
SEXO	F	12.4 (2.13)13.0 (11.0-14.0)	0.987‡
	M	11.3 (4.62)14.0 (10.0-14.0)	
TEMPO DE ATUAÇÃO NA MATERNIDADE	<1 ano	12.1 (2.47)12.5 (10.8-14.0)	0.842†
	1-5 anos	12.9 (1.86)13.0 (11.8-14.0)	
	6-10 anos	11.9 (3.30)13.0 (12.0-14.0)	
	>10	12.3 (2.01)13.0 (11.0-14.0)	
JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO SOBRE A NBCAL	Sim	13.0 (1.87)13.0 (12.0-14.0)	**0.008**‡
	Não	11.4 (2.42)12.0 (10.0-13.0)	

Fonte: Dados coletados com os profissionais na Maternidade.

Para avaliar a relação entre as características dos profissionais e nível de conhecimento sobre a NBCAL qualitativas, foram construídas tabelas de contingência com frequências absolutas e relativas. Adicionalmente, foi realizado o teste Qui-quadrado ou o teste Exato de Fisher para verificar a significância da relação. Caso o valor de p resultante seja menor que 0,05, a relação é considerada significativa.

Na tabela 4, verificou-se que entre os profissionais classificados com alto nível de conhecimento, 44.1% eram enfermeiros, 35,3% técnicos(as) de enfermagem, 11,8% nutricionistas e 8,8% pertenciam a outras categorias profissionais. Quando observa-se aqueles classificados com médio conhecimento, 55,6% eram técnicos(as) de enfermagem, 18,5% nutricionistas, 14,8% enfermeiros(as) e 11,1% pertenciam a outras categorias, não sendo observada associação estatisticamente significativa entre profissão e nível de conhecimento, com p = 0,098. Da mesma forma, na avaliação quanto ao sexo, não houve diferença estatisticamente significativa entre os grupos feminino e masculino (p = 0,248).

Quanto ao tempo de atuação na maternidade, entre os participantes com alto conhecimento, 17,6% possuíam <1 ano de atuação, 26,5% entre 1 e 5 anos, 17,6% entre 6 e 10 anos e 38,2% > 10 anos. Entre aqueles com médio conhecimento, 22,2% possuíam menos de <1 ano, 25,9% entre 1 e 5 anos, 11,1% entre 6 e 10 anos e 40,7% >

10 anos, não sendo identificada associação estatisticamente significativa entre tempo de atuação e nível de conhecimento, com p = 0,921.

Por outro lado, é possível verificar uma associação estatisticamente significativa entre a participação em formação ou capacitação sobre a NBCAL e o nível de conhecimento, na qual os profissionais que já haviam participado de capacitação/formação sobre a NBCAL apresentaram alto nível de conhecimento (70.6%) em relação aos participantes que não haviam participado (29.4%), corroborada pelo p-valor = 0,009. Entre aqueles com médio conhecimento, 37,0% haviam participado e 63,0% não haviam participado da capacitação.

Tabela 4. Associação entre as variáveis, características dos profissionais e nível de conhecimento sobre a NBCAL.

Variável	Categoria	Alto conhecimento n(%)	Médio conhecimento n(%)	p-valor
Profissão_mod	OUTROS	3 (8.8%)	3 (11.1%)	0.098‡
	ENFERMEIRO(A)	15 (44.1%)	4 (14.8%)	
	NUTRICIONISTA	4 (11.8%)	5 (18.5%)	
	TÉC. ENFERMAGEM	12 (35.3%)	15 (55.6%)	
SEXO	F	31 (91.2%)	27 (100.0%)	0.248‡
	M	3 (8.8%)	0 (0.0%)	
TEMPO DE ATUAÇÃO NA MATERNIDADE	<1 ano	6 (17.6%)	6 (22.2%)	0.921‡
	1-5 anos	9 (26.5%)	7 (25.9%)	
	6-10 anos	6 (17.6%)	3 (11.1%)	
	>10	13 (38.2%)	11 (40.7%)	
JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA FORMA	Sim	24 (70.6%)	10 (37.0%)	**0.009**†

Variável	Categoria	Alto conhecimento n(%)	Médio conhecimento n(%)	p-valor
ÇÃO/CAPACITAÇÃO SOBRE A NBCAL				
	Não	10 (29.4%)	17 (63.0%)	

‡ = Exato de Fisher; †= Qui-Quadrado

Fonte: Dados coletados com os profissionais na Maternidade.

4 DISCUSSÃO

O presente estudo evidenciou que os participantes que apresentaram um alto nível de conhecimento esteve associada à participação em formação ou capacitação sobre a Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL), observada em 70,6% dos profissionais que haviam participado dessas atividades (p = 0,009). Esses achados reforçam a relevância das ações de educação permanente como estratégia para o aprimoramento do conhecimento dos profissionais e para o fortalecimento das práticas de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno no contexto da maternidade do IMIP.

Na medida em que são as mulheres que decidem se podem ou não dar o peito ao bebê, o conhecimento destas sobre alimentação infantil e sua disponibilidade para amamentar são fatores que, somados à presença de uma alternativa – podem levar ao desmame[13]. Dessa forma, as atividades formativas dos profissionais que atuam em serviços de saúde é de extrema relevância, considerando que esses trabalhadores devem exercer esse papel de orientar essas mães e famílias para a adoção e manutenção do aleitamento materno até os dois anos de idade ou mais.

Além disso, a existência de profissionais que não participaram de formações ou capacitações (44,3%), associada à proporção de participantes que não alcançaram a classificação de alto nível de conhecimento, sendo 63,0% entre aqueles que não participaram de capacitações e 37,0% entre os que participaram, reforçam a relevância do desenvolvimento de processos de formação contínuas e obrigatórias voltadas à atualização e ao aprimoramento do conhecimento dos profissionais para fortalecer o desempenho de suas atribuições na maternidade, em consonância com as disposições estabelecidas pela norma.

Para corroborar essa perspectiva, um estudo realizado com 215 profissionais no Rio de Janeiro, em 15 hospitais que realizavam mais de 1000 partos por ano, evidenciou que a capacitação contribui para o aprimoramento de conhecimentos, habilidades e práticas em aleitamento materno, fundamentais à assistência materno-infantil. Os autores também identificaram associação positiva entre a maior carga horária de capacitação teórico-prática e os três aspectos avaliados. Esses achados reforçam que a

informação e capacitação sobre a área da amamentação pode contribuir para aumento da qualificação profissional relacionada à promoção, defesa e proteção do aleitamento materno[14].

Em relação à categoria profissional, verificou-se que houve predominância de técnicos de enfermagem (44.3%), seguidos por enfermeiros (31.1%) e nutricionistas (14.8%). Diante disso, o predomínio desses profissionais no cenário estudado é relevante, considerando sua atuação direta na assistência à mulher e ao recém-nascido e, consequentemente, nas orientações e práticas relacionadas ao aleitamento materno. Nesse contexto, o conhecimento insuficiente acerca da NBCAL pode favorecer a adoção de práticas que não estejam alinhadas à proteção, promoção e apoio ao aleitamento materno, podendo contribuir para o desmame precoce.

É importante destacar que o profissional nutricionista pode atuar com aconselhamento sobre aleitamento materno mesmo sem especialização, e os profissionais da enfermagem atuam diretamente com as mães e bebês, especialmente em hospitais, desde o nascimento, e não conhecer a NBCAL pode contribuir para o incentivo da interrupção precoce da amamentação. Em um estudo bibliométrico realizado em 2019, foi observado que enfermeiros, seguido de nutricionistas, são os profissionais que mais pesquisam e publicam sobre a temática “aleitamento materno”, enfatizando a relevância desses profissionais no campo do aleitamento materno[15].

Entre os profissionais que relataram participação prévia em capacitações sobre a NBCAL, 46,9% não souberam informar o ano em que a formação ocorreu. Diante disso, podemos associar que esse dado aponta que parte dessas capacitações ocorreram há um período considerável ou que não houve registro ou acompanhamento sistemático dessas ações, revelando a importância de estratégias institucionais que não apenas ofereçam as capacitações, mas também façam seu acompanhamento e atualização periódica.

Ademais, observou-se ainda que 39,3% dos profissionais possuíam mais de 10 anos de atuação na maternidade. Embora o tempo de experiência profissional possa contribuir para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades relacionados à assistência materno-infantil, a experiência acumulada ao longo dos anos não necessariamente garante conhecimento atualizado sobre normativas específicas, como a NBCAL, ressaltando ainda mais a necessidade do fortalecimento de atualizações periódicas dentro da maternidade.

Entre as limitações do estudo, destacam-se seu caráter observacional e a utilização de amostra por conveniência, o que impossibilita inferir relações de causalidade. Além disso, durante o período de coleta obteve-se baixa adesão dos profissionais, com ocorrência de recusas à participação, o que contribuiu para um número de amostra abaixo do esperado. Nesse contexto, foi possível observar a falta de interesse em momentos de disponibilidade e profissionais com mais idade com receio em relação à avaliação de seus conhecimentos, mesmo após os esclarecimentos quanto à garantia de sigilo e confidencialidade das informações, conforme previsto no TCLE, soma-se a isso a rotina de trabalho e a elevada demanda assistencial na maternidade que podem ter contribuído para essa menor adesão, reduzindo o número de participantes e, consequentemente, limitando a generalização dos resultados.

Ainda assim, a utilização de um instrumento estruturado para avaliação do conhecimento sobre a NBCAL e a definição prévia dos critérios de inclusão e exclusão contribuíram para a consistência dos resultados, permitindo uma interpretação cautelosa dos achados no contexto investigado.

5 CONCLUSÃO

Neste estudo, foi evidenciado que o conhecimento da equipe interprofissional acerca da Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância (NBCAL) constitui um elemento relevante para a proteção, promoção e apoio ao aleitamento materno no contexto de uma maternidade do Recife. O conhecimento das normas que regulamentam a comercialização e a promoção de produtos que podem interferir na amamentação, como bicos, chupetas e mamadeiras, possibilita maior reconhecimento das práticas que devem ser observadas pelos profissionais durante a assistência materno-infantil.

Os resultados reforçam a importância da capacitação dos profissionais de saúde, considerando que a formação em aleitamento materno pode ampliar conhecimentos, habilidades e práticas relacionadas ao cuidado. Nesse sentido, a educação permanente sobre a NBCAL deve estar integrada às ações de qualificação das equipes, favorecendo a atualização dos profissionais e sua capacidade de reconhecer situações relacionadas ao marketing e à utilização de produtos que podem influenciar a prática da amamentação. A literatura também destaca a presença de estratégias de promoção de produtos infantis direcionadas aos profissionais de saúde, reforçando a necessidade de conhecimento e posicionamento ético diante dessas práticas.

A atuação interprofissional apresenta papel importante nesse processo, uma vez que diferentes categorias profissionais participam da assistência à mulher e ao recém-nascido e podem contribuir para a construção de práticas alinhadas à proteção do aleitamento materno. Dessa forma, a articulação entre conhecimento técnico, legislação e prática assistencial pode favorecer maior segurança nas orientações oferecidas às famílias e maior coerência entre as condutas desenvolvidas no serviço.

Conclui-se que fortalecer o conhecimento da equipe sobre a NBCAL e promover ações contínuas de educação permanente são estratégias relevantes para qualificar a assistência materno-infantil e contribuir para a proteção do aleitamento materno. A incorporação das normativas à rotina da maternidade pode favorecer práticas profissionais mais conscientes, éticas e alinhadas às políticas de promoção, proteção e apoio à amamentação.

6 REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Saúde. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação. complementar. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2012. (Cadernos de Atenção Básica nº 23).

2. Passanha A, Cervato-Mancuso AM, Silva MEMP. Elementos protetores do leite materno na prevenção de doenças gastrintestinais e respiratórias. Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum. 2010;20(2):351-60.

3. Internacional Multidisciplinar sobre a Maternidade; 2024; Brasil [Internet]. Disponível em: https://doity.com.br/anais/conam/trabalho/336227

4. Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Secretaria Municipal de Saúde. Programa de Aleitamento Materno. Protocolo e diretrizes de atendimento em aleitamento materno. Ribeirão Preto: SMS; 2020.

5. Brasil. Ministério da Saúde. Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância (NBCAL). Brasília: Ministério da Saúde.

6. Carvalho KEG, Carvalho MEG, Cavalcanti SH, Araújo EC. História e memórias do banco de leite humano do Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira (1987-2009) em Recife, Pernambuco, Brasil. Rev Bras Saude Mater Infant. 2010;10(4):477-83. doi:10.1590/S1519-38292010000400008.

7. IBFAN Brasil. Aleitamento materno e o papel da indústria de fórmulas lácteas comerciais [Internet]. IBFAN Brasil; 2023 [citado 13 set. 2026]. Disponível em: https://ibfan.org.br/noticias/lancet-correspondencia-2023.html

8. Senado Federal. Amamentação: Brasil melhora índice, mas persegue nova meta mundial. Senado Notícias [Internet].

9. Pereira AOR, Ferreira RM, Rezende e Silva FM, Quadros KAN, Santos RC, Andrade SN. Fatores que interferem na realização do aleitamento materno exclusivo.

10. Souza AKG, et al. Atuação da equipe multiprofissional para a promoção do aleitamento materno exclusivo na saúde pública. In: Anais do 1º Congresso.

11. Brasil. Ministério da Saúde. Iniciativa Hospital Amigo da Criança [Internet]. Brasília, DF: Ministério da Saúde; [s.d.] [citado 13 set. 2026]. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aleitamento-materno/ihac

12. Organização Pan-Americana da Saúde; Organização Mundial da Saúde. Aleitamento materno e alimentação complementar [Internet]. Washington (DC): OPAS; [citado 2026 fev 8]. Disponível em: https://www.paho.org/pt/topicos/aleitamento-materno-e-alimentacao-complementar

13. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas.A legislação e o marketing de produtos que interferem na amamentação: um guia para o profissional de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

14. JESUS, P. C.; OLIVEIRA, M. I. C.; MORAES, J. R. Capacitação de profissionais de saúde em aleitamento materno e sua associação com conhecimentos, habilidades e práticas. Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, n. 1, p. 311–320, 2017.

15. Leite FCS. Aleitamento materno: um estudo bibliométrico [trabalho de conclusão de curso]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas; 2019.

16. Velasco, A. C. da C. F., Oliveira, M. I. C. de, & Boccolini, C. S. (2022). Assédio da indústria de alimentos infantis a profissionais de saúde em eventos científicos. Revista De Saúde Pública, 56, 70.

17. Souza DRL, Moura DSR, Alves JA, Nogueira LDP. Aspectos que influenciam a amamentação entre mulheres trabalhadoras: revisão bibliográfica. Rev Interdiscip Saúde Educ. 2024;4(2):121-159. doi:10.56344/2675-4827.v4n2a2023.7.

18. Pérez-Escamilla R, Tomori C, Hernández-Cordero S, Baker P, Barros AJD, Bégin F, et al. Amamentação: crucialmente importante, mas cada vez mais desafiada em um mundo orientado pelo mercado. Lancet. 2023;401(10375):472-85.

19. Rollins N, Piwoz E, Baker P, Kingston G, Matlwa Mabaso K, McCoy D, et al. Marketing da fórmula leiteira comercial: um sistema para captar pais, comunidades, ciência e políticas. Lancet. 2023;401(10375):486-502.

20. Baker P, Smith JP, Garde A, Grummer-Strawn LM, Wood B, Sen G, et al. A economia política da alimentação de bebês e crianças pequenas: enfrentando o poder corporativo, superando barreiras estruturais e acelerando o progresso. Lancet. 2023;401(10375):503-24.